



**TRT-11**

*Técnico Judiciário – Área Administrativa*

## **LÍNGUA PORTUGUESA**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	71

## **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	30

## **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	29

## **NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	29

## **NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	32

## **NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	16

**SUMÁRIO**



## Língua Portuguesa

### 1. FCC - TJ TRT18/TRT 18/Apoio Especializado/Enfermagem do Trabalho/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Sujeito

Atenção: Considere o poema de Fernando Pessoa para responder à questão.

Às vezes, em sonho triste Nos meus desejos existe Longinquamente um país Onde ser feliz consiste Apenas em ser feliz.

Vive-se como se nasce Sem o querer nem saber. Nessa ilusão de viver

O tempo morre e renasce Sem que o sintamos correr.

O sentir e o desejar

São banidos dessa terra. O amor não é amor Nesse país por onde erra Meu longínquo divagar.

Nem se sonha nem se vive:

É uma infância sem fim. Parece que se revive Tão suave é viver assim Nesse impossível *jardim*.

(PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997)

Exerce a função sintática de sujeito a expressão sublinhada em:

- (A) Onde ser feliz consiste / Apenas em ser feliz.
- (B) Nos meus desejos existe / Longinquamente um país.
- (C) Nesse país por onde erra / Meu longínquo divagar.
- (D) Vive-se como se nasce.
- (E) Tão suave é viver assim / Nesse impossível jardim.

### 2. FCC - VEST (UNILUS)/UNILUS/MEDICINA/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Sujeito

Atenção: Leia o texto do escritor Moacyr Scliar para responder à questão.

“Se um médico abriu um tumor ou tratou com faca uma ferida grave e isso curou o doente, ele receberá dez siclos [unidade de peso usado no antigo Oriente] de prata se o paciente for um homem livre; cinco siclos se for um descendente de plebeus; dois siclos se for um escravo. Se um médico abriu um tumor ou tratou com faca uma ferida grave e isso causou a morte da pessoa, então suas mãos serão cortadas, se se tratar de um homem livre, ou deverá fornecer outro escravo, se se tratar do escravo de um plebeu.”

Trechos do código de Hamurabi, escrito na Mesopotâmia por volta de 1.700 a.C. Várias civilizações desenvolveram-se na região entre o Tigre e o Eufrates, e muitas delas chegaram a um alto grau de sofisticação em termos de arquitetura e arte. Ali surgiram conceitos básicos de matemática; ali foram feitas importantes colaborações à astronomia e à metalurgia. Em termos de saúde e doença, contudo, esses povos compartilhavam a crença geral do mundo antigo, segundo a qual a enfermidade era um castigo imposto pelos deuses aos pecadores. Demônios encarregavam-se de proporcionar males específicos: Nergal trazia a febre, Namtaru, dor de garganta, Tiu, dor de cabeça. Havia divindades da cura, Ningishzida, cujo símbolo era uma cobra de duas cabeças – a serpente viria a se tornar depois o emblema da medicina.

Os médicos da Mesopotâmia recorriam aos métodos divinatórios para descobrir o pecado cometido pelo doente; para isso, inspecionavam as entranhas de animais abatidos para apaziguar os deuses. Os médicos se dividiam em três categorias: o baru encarregava-se dos procedimentos divinatórios, o ashipu realizava o exorcismo e o asu fazia as curas propriamente ditas, nas quais, além de preces e rituais, várias substâncias eram usadas. O código de Hamurabi mostra que vários tipos de operações eram feitas. Que o resultado nem sempre era satisfatório, mostram as punições prescritas para o caso de fracasso. Cortar as mãos é uma pena até hoje aplicada no Oriente Médio (para ladrões); no caso, destinava-se obviamente a evitar que um doutor desastrado repetisse o erro. Mas o pagamento também era compensador, quando se considera que um artesão ganhava um décimo de siclo por dia, segundo os documentos da época.



1. FCC - Proc (Teresina)/Pref Teresina/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, no plano das relações internacionais, a República Federativa do Brasil

(A) buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

(B) defenderá a ação bélica para solução dos conflitos quando determinada por organismo internacional do qual reconhece a jurisdição.

(C) defenderá a intervenção em outros países para garantir a prevalência dos valores da civilização ocidental judaico-cristã.

(D) tratará as relações com Estados considerados desenvolvidos de maneira privilegiada.

(E) não concederá asilo político a cidadãos originários de Estados com os quais não mantém relação diplomática.

2. FCC - AJ TRT23/TRT 23/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O Estado Democrático de Direito é formado pela união dos Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Em se tratando desses dois últimos fundamentos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa devem ser aplicados ao direito

(A) urbanístico.

(B) financeiro.

(C) tributário.

(D) socioambiental.

(E) penal.

3. FCC - AJ TRT5/TRT 5/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, as relações internacionais da República Federativa do Brasil devem ser regidas por princípios, entre eles: a prevalência dos direitos humanos, a concessão de asilo político, a defesa da paz, entre outros. Com o objetivo de formar uma comunidade latino-americana, deve-se buscar a integração:

I. Econômica.

II. Social.

III. Cultural.

IV. Política.

V. Regional.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II, e III.

(B) I, IV, e V.

(C) II, III, e V.

(D) II, IV, e V.

(E) III, IV, e V.



## Noções de Direito Administrativo

### 1. FCC - Proc A (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/2021

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

A discussão teórica sobre o conceito de Direito Administrativo se estabeleceu, a partir do debate acadêmico europeu do Século XIX, em torno de determinados traços distintivos da disciplina. Dentre as escolas que então se formaram, aquela que enfatizava a importância da distinção entre “atos de império” e “atos de gestão”, para fins de definição do campo científico jusadministrativo, é a escola

- (A) do serviço público.
- (B) teleológica ou finalista.
- (C) da *puissance publique* ou potestade pública.
- (D) da gestão pública.
- (E) imperialista ou da supremacia administrativa.

### 2. FCC - DP AM/DPE AM/2021

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

O critério que define o direito público resumindo-o às regras de organização e gestão dos serviços públicos exercidos pelo Estado ficou conhecido como o critério

- (A) residual.
- (B) do Poder Executivo.
- (C) da escola *puissance publique*.
- (D) do serviço público.
- (E) das relações jurídicas.

### 3. FCC - AJ TRT22/TRT 22/ÁREA ADMINISTRATIVA/“SEM ESPECIALIDADE”/2022

Assunto: Direito Administrativo - Conceito de Atos Administrativos

Identifica-se a natureza de determinado ato como administrativo quando, dentre outras hipóteses,

- (A) editado por autoridade integrante dos quadros de pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração pública, assim não se considerando quando emanados de entes com natureza jurídica de direito privado.
- (B) veicular manifestação de vontade da Administração pública e tiver sido editado por agente público no regular exercício de suas funções, para fins de reconhecimento ou atribuição de direito a um administrado.
- (C) tiver a motivação de sua edição explicitada no corpo da manifestação de vontade, sendo facultativa a existência do motivo da edição.
- (D) quando o escopo de sua edição for o atingimento de uma finalidade pública, não se considerando como tal os atos que conferem ou reconhecem direitos aos administrados.
- (E) tiver observado forma específica prevista em lei, não se admitindo tal natureza aos atos inominados editados no exercício de funções ordinárias da Administração pública.

### 4. FCC - AJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/“SEM ESPECIALIDADE”/2023

Assunto: Direito Administrativo - Atributos ou Características dos Atos Administrativos

Quanto aos atributos e elementos do ato administrativo e respectiva relação com a existência e validade,

- (A) a presunção de legitimidade que informa todos os atos administrativos não afasta a possibilidade de controle judicial em relação a eventuais vícios de legalidade, como no caso de ato proferido por autoridade incompetente.



1. FCC - AgAAS (Pref Recife)/Pref Recife/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Convergências entre a Gestão Pública e a Privada

Em uma rede social, Marcos publicou um comentário, afirmando que a Administração Pública deveria seguir todos os princípios da Administração Privada. Júlia respondeu ao seu comentário com três argumentos que diferenciam os dois tipos de administração. Os argumentos válidos publicados na resposta da Júlia encontram-se em:

(A) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço, já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo os interesses dos cidadãos são irrelevantes, ao contrário da empresa privada.

(B) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo há a intenção de servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(C) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu impacto para a sociedade. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através de boletos, quando o cidadão usa um serviço específico; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço mesmo sem usar. No governo há a intenção de servir aos interesses econômicos da nação, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(D) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. O governo existe para servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(E) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e o cidadão paga somente pelo serviço que usar; já na iniciativa privada, a pessoa paga diretamente para a empresa pelo bem ou serviço que consome. No governo há o desejo de servir às empresas para que atendam aos seus consumidores, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

2. FCC - AJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Convergências entre a Gestão Pública e a Privada

É(São) exemplo(s) de convergência de práticas entre a Administração pública direta e a iniciativa privada:

(A) avaliação por resultados e participação nos lucros.

(B) participação nos lucros e demissão sem justa causa.

(C) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e avaliação por resultados.

(D) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e demissão sem justa causa.

(E) participação nos lucros.

3. FCC - AJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Convergências entre a Gestão Pública e a Privada

Há assentada doutrina que investiga os pontos de convergência e de divergência entre administração privada e administração pública que considera que

(A) o poder público deve ser econômico, eficiente e eficaz, ainda que incapaz de demonstrar.

(B) o poder público, além de econômico, eficiente e eficaz, deve ser capaz de demonstrar.



**1. FCC - DP CE/DPE CE/2022**

Assunto: Direito do Trabalho - Direitos Constitucionais Trabalhistas

Sobre os direitos constitucionais dos trabalhadores é

- (A) garantido seguro-desemprego ao trabalhador, em qualquer hipótese, desde que respeitados os períodos de carência.
- (B) direito do trabalhador o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- (C) garantida a licença-paternidade, nos termos da lei, com duração mínima de trinta dias.
- (D) direito da trabalhadora a licença-maternidade de 180 dias, podendo retornar ao trabalho após pelo menos 120 dias, desde que indenizada pelo período restante.
- (E) garantida a irredutibilidade de salário, salvo motivos de caso fortuito ou força maior, referendados pelo sindicato da categoria ou pelo Judiciário.

**2. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022**

Assunto: Direito do Trabalho - Fontes do Direito Individual do Trabalho

O tema relativo às fontes no Direito do Trabalho possui um enfoque especial por comportar um relevante elemento diferenciador desse segmento jurídico especializado perante os demais ramos existentes. Nesta seara, a Doutrina considera fontes formais autônomas

- (A) a Constituição Federal, as leis federais e as medidas provisórias.
- (B) os tratados e convenções internacionais após ratificação e adesão internas e os regulamentos normativos.
- (C) as convenções coletivas de trabalho, os acordos coletivos de trabalhos e o contrato coletivo de trabalho.
- (D) as portarias, as instruções normativas e as circulares do Ministério do Trabalho.
- (E) os usos e costumes, o laudo arbitral no contexto do Direito Coletivo do Trabalho e a sentença normativa.

**3. FCC - PROC (TERESINA)/PREF TERESINA/2022**

Assunto: Direito do Trabalho - Fontes do Direito Individual do Trabalho

Considerando a autonomia do Direito do Trabalho, no contexto dos ramos e disciplinas componentes do universo do Direito, em relação a suas fontes e seus princípios:

- (A) As fontes formais heterogêneas do Direito do Trabalho, sob a perspectiva econômica, estão, regra geral, atadas à existência e evolução do sistema capitalista, advindo da Revolução Industrial, do século XVIII.
- (B) Esse ramo jurídico especializado constitui-se das seguintes fontes materiais heterônomas: costumes; convenções coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho.
- (C) São consideradas fontes formais autônomas justralhistas os tratados e convenções internacionais favorecidos por ratificação e adesão internas e as sentenças normativas.
- (D) O princípio do contrato-realidade determina que o operador jurídico, no exame das declarações volitivas, deve atentar mais ao envoltório formal do que à intenção dos agentes, porque a prática habitual não pode alterar o contrato pactuado.
- (E) O princípio da norma mais favorável adquiriu respaldo constitucional na medida em que o artigo 7º, caput da Constituição Federal utilizou a expressão “além de outros que visem à melhoria de sua condição” ao elencar o rol dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.



## 1. FCC - DP SP/DPE SP/2023

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Considere os seguintes textos:

*[...] Os direitos humanos, mais que direitos “propriamente ditos”, são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida.*

*(HERRERA FLORES, Joaquín. A (re) invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 28)*

*[...] Mas é preciso estar atento e forte. O senso comum imagina que a democracia é algo que você veste e sai andando – não é.*

*[...] Se tiver uma faixa “DEMOCRACIA, ENTRE”, é bobagem, você vai entrar e levar um soco na cara. Os poetas dizem que a democracia é uma utopia, algo que se busca, não que consome. É um desafio que uma sociedade determinada exercita como experiência cotidiana. Assim como a ideia de liberdade, de integridade de um povo, a democracia deve ser constantemente construída, ela não tem o dom de se instalar e está sujeita a todo tipo de ataque”.*

*(KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 44)*

A partir da análise dos textos acima, em cotejo com as construções teóricas e jurisprudenciais sobre democracia e direitos humanos, é **correto** afirmar:

- (A) A democracia e a concretização dos direitos humanos são processos históricos sem retrocessos depois de instalados.
- (B) A construção da democracia e dos direitos humanos dispensam o resgate da memória histórica, já que são experiências cotidianas.
- (C) O processo de concretização dos direitos humanos e de fortalecimento democrático tem sido linear e definitivo.
- (D) O direito à verdade não se aplica a contextos declaradamente democráticos, pois visa apurar fatos ocorridos em regimes abertamente ditatoriais.
- (E) As garantias de não repetição buscam fortalecer a democracia e prevenir futuras violações de direitos humanos.

## 2. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

O término da 2ª Guerra Mundial é considerado um marco de especial importância na evolução histórica dos direitos humanos. Em parte, isso se deve ao fato de que, a partir de então,

- (A) reafirma-se e consolida-se a noção de soberania nacional como principal instrumento de garantia dos direitos de seus cidadãos.
- (B) o indivíduo, como pessoa natural, emerge, ao lado de outros atores, como importante sujeito do direito internacional de direitos humanos.
- (C) com a criação da Liga das Nações, todos os países passam a se comprometer ativamente com a observância dos direitos humanos em território nacional.
- (D) passa-se a reconhecer, a partir da experiência do holocausto, o caráter universal dos direitos humanos, até então restritos a grupos de pessoas declaradas vulneráveis.